

# Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 28 de maio de 2026 • Nº 2307 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

## TESOURO

### Dívida Pública sobe 1,91% em abril e encosta em R\$ 8,8 tri

A emissão recorde de títulos, principalmente vinculados à Taxa Selic (juros básicos da economia), fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em abril. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,633 trilhões em março para R\$ 8,798 trilhões no mês passado, alta de 1,91%. Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 1,93%, passando de R\$ 8,302 trilhões em março para R\$ 8,462 trilhões em abril. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 68,04 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis ligados à Selic. A alta foi reforçada pela apropriação de R\$ 92,54 bilhões em juros. **PÁGINA 2**

## DOENÇA

### HPV leva a 7,5 mil mortes anuais por câncer no país

Os cânceres causados por HPV provocaram cerca de 7,5 mil mortes e 29 mil hospitalizações anuais no Brasil, e 85% dos afetados são mulheres. A maioria desses casos é considerada prevenível, com a identificação das chamadas lesões precursoras, que podem ser tratadas antes que se tornem câncer e, principalmente, com vacinação. Os dados fazem parte de um estudo publicado na revista científica Human Vaccines & Immunotherapeutics, que analisou dados oficiais do Ministério da Saúde. O objetivo foi identificar as tendências de hospitalização e mortalidade, por isso a análise englobou o período de 2011 a 2019, anterior à pandemia de covid-19, que impactou diversos indicadores de saúde. De acordo com a líder do estudo, a diretora executiva de Pesquisa de Dados de Mundo Real da farmacêutica MSD, Cintia Parellada, um dos destaques é o alerta a respeito dos diversos tipos de câncer que o HPV pode causar. **PÁGINA 5**

## JORNADA DE TRABALHO

### Câmara aprova o fim da escala 6x1

A Câmara dos Deputados aprovou na noite desta quarta-feira, em dois turnos, a proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/19 que acaba com a escala de trabalho 6x1. Foram 461 votos favoráveis e 19 contrários, no segundo turno. O texto segue para o Senado onde serão necessários os votos de no mínimo 49 senadores. O texto da PEC determina a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem perda salarial. Pela proposta, o fim da escala 6x1, com garantia de ao me-

nos duas folgas semanais, das quais uma preferencialmente aos domingos, entrará em vigor 60 dias após a promulgação do texto. Após o fim do primeiro turno de votação, o presidente da Câmara, Hugo Motta, disse que Casa deu um passo importante para "uma mudança fundamental para os trabalhadores e trabalhadoras do país desde a Constituição de 1988". "Assumi esta condução com todo o equilíbrio, responsabilidade e, principalmente, compromisso com os brasileiros", disse Hugo Motta.

## PETRÓLEO

### Petrobras e Pemex negociam exploração no Golfo do México

RICARDO STUCKERT/PR



A Petrobras e a Pemex - empresa estatal mexicana de petróleo e gás - estão em negociação para uma parceria na prospecção e exploração de petróleo em águas profundas no Golfo do México, além de projetos conjuntos de refino e gás. De acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto), a colaboração está sendo articulada entre os governos brasileiro e mexicano. Em evento em Manaus (AM), Lula contou que recebeu um telefonema da presidente do México, Claudia Sheinbaum, para manifestar o interesse na parceria. Segundo ele, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, irá ao México para tratar da cooperação. "Vamos fazer uma associação com a Pemex e vamos ao Golfo do México para ver se o companheiro Trump vai se meter com a Petrobras prospectando água a 2,5 mil metros (de profundidade)", disse Lula, lembrando as ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de interferir em países latino-americanos. Missões técnicas de ambas as estatais têm sido realizadas no México e no Brasil para avaliar a viabilidade geológica, reservas e adequações regulatórias na região. "A Petrobras é muito respeitada no mundo", ressaltou o presidente. **PÁGINA 3**

## EXTORSÃO

LULA MARQUES/ABRASIL



### Eduardo cobrou dinheiro a Vorcaro 'máximo que puder'

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) (foto) tratou sobre o financiamento do filme Dark Horse com o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, por intermediação de Thiago Miranda, sócio do Portal Leo Dias. De acordo com mensagens divulgadas ontem, pelo site Intercept Brasil, ele deu orientações sobre como facilitar o envio de dinheiro aos Estados Unidos para a produção sobre a vida do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "O ideal seria haver os recursos já nos EUA. Que dos EUA para o EUA é tranquilo. Se a empresa brasileira a enviar aos EUA não tiver aquele grande orçamento que mencionamos como exemplo, será problemático, vai ser necessário fazer as remessas aos poucos e isto tardaria cerca de 6 meses, calculamos", disse Eduardo. **PÁGINA 7**

## INDICADORES

IBOVESPA -0,81% / 176.209,61 / -1.440,25 / Volume: 22.334.533.050 / Negócios: 3.402.003						Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	2,73% (abr.)	EURO turismo					
Mais Negociados						Majores Altas		Majores Baixas		UFIR-RJ	0,67% (abr.)	IPCA	0,67% (abr.)	Compra: 5,9016	Venda: 6,0816		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	UFIR-RJ	Taxa Selic	(29/04)	14,50%	CDI	(29/04)	14,40%	DÓLAR Ptax - BC	
PETR4	44,48	-1,05	-0,47	BDLL4	3,79	+20,32	+0,64	FSPF11F	0,14	-50,00	-0,14	S&P 500	7.473,47	+0,37	US Tech 100	28.680	+0,35
B3SA3	16,66	-2,12	-0,36	FRI03F	175,00	+15,10	+22,96	AZUL3F	23,230	-24,58	-7,570	Euronext 100	1.847,09	+0,77	CAC 40	8.115,75	+0,37
BEEF3	3,78	-6,20	-0,25	GSHP3F	3,29	+14,24	+0,41	AAZUL3	23,300	-24,33	-7,490	FTSE 100	10.466,26	+0,22			
ABEV3	16,10	-1,83	-0,30	GSHP3	3,29	+13,45	+0,39	TOKY3F	0,150	-16,67	-0,030						
USIM5	10,35	+5,61	+0,55	BOBR4	1,33	+12,71	+0,15	WLM33	20,10	-14,07	-3,29						

## MERCADOS



## Bolsa cai 0,48%, aos 175,7 mil pontos, com foco em petróleo

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) emendou segunda sessão negativa, ontem em baixa de 0,48%, aos 175.744,37 pontos, ponderando fatores domésticos, relacionados à inflação e ao efeito sobre os juros, e globais, ante a falta de avanço concreto, até o momento, quanto a uma solução para o conflito entre Estados Unidos e Irã. Na semana, após um início promissor, em alta de 0,91% na segunda-feira, o Índice Bovespa (Ibovespa), oscilou para baixo nas duas sessões seguintes, acumulando no agregado uma retração de 0,26%, que coloca a perda do mês a 6,18%. No ano, o Ibovespa sobe 9,07%. O giro de ontem foi de R\$ 22,7 bilhões.

O desempenho foi moldado por queda nas ações de Petrobras (ON -1,62%, PN -1,43%), avanço moderado em Vale (ON +0,46%) e ganhos em geral também discretos no setor financeiro, o de maior peso no índice da B3, com destaque para Bradesco PN (+0,90%) e Itaú (PN +0,65%). Exceção para Banco do Brasil ON, que virou no fim e cedeu 0,19%, na mínima do dia no fechamento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Usiminas (+5,90%), RD Saúde (+2,72%) e CSN Mineração (+2,66%). No lado oposto, Cosan (-6,31%), Copasa (-4,71%) e Natura (-4,13%).

Porém, agarrado à ideia de esboço, o petróleo fechou em queda ontem, apesar da negativa da Casa Branca. Em Nova York, o WTI para julho concluiu a sessão em queda de 5,55% (US\$ 5,21), a US\$ 88,68 o barril, depois de bater menor nível desde 21 de abril, a US\$ 87,77. Em Londres, o Brent para agosto encerrou em baixa de 4,57% (US\$ 4,42), a US\$ 92,25 o barril, após atingir mínima desde 17 de abril, a US\$ 91,75.

Em Nova York, os principais índices de ações tiveram variações discretas: Dow Jones +0,36%, S&P 500 +0,02% e Nasdaq +0,07%. Por aqui, o dólar à vista subiu 0,67%, a R\$ 5,0609.

## DÓLAR

O dólar subiu com força frente ao real ontem, e fechou na casa de R\$ 5,06, em ambiente marcado pelo fortalecimento global da moeda norte-americana.

Em alta desde a abertura dos negócios e com máxima de R\$ 5,0709, o dólar à vista encerrou a sessão em alta de 0,67%, a R\$ 5,0609 - maior valor de fechamento desde o último dia 19. A moeda americana avança 2,18% frente ao real em maio, após ter recuado 4,36% em abril. No ano, as perdas, que já superaram 10% quando o dólar furou o piso de R\$ 4,90, são agora de 7,8%.

## IPCA-15

## Prévia da inflação varia 0,62%, influenciada por alimentação e bebidas

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) variou 0,62% em maio, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A prévia da inflação ficou 0,27 ponto percentual abaixo da taxa de abril, que foi 0,89%.

Quando comparado a maio de 2025 e ao acumulado até este mês no ano anterior, o índice apresentou alta. No ano, o IPCA-15 acumula alta de 3,02% e, em 12 meses, de 4,64%, acima dos 4,37% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Em maio de 2025, o IPCA-15 alcançou 0,36%.

## VARIACIONES

Segundo o IBGE, dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, destaca-se alimentação e bebidas, com a maior variação (1,38%).

Em seguida, habitação (1,03%) e saúde e cuidados pessoais (1,05%) tiveram as maiores influências no resultado geral.

As demais variações ficaram entre -0,33%, em transportes, e 0,50%, em Despesas pessoais.

Quedas em transportes e combustíveis.

A divulgação mostrou que no grupo transportes, cujo índice foi -0,33%, os combustíveis desaceleraram de 6,06% em abril para -1,47% em maio, com decréscimos no etanol (-2,73%), óleo diesel (-2,04%) e

gasolina (-1,32%).

O gás veicular, no entanto, teve alta de 2,12% e passagem aérea aumentou 3,25%, após recuar 14,32% em abril.

Ainda em transportes, o IBGE destaca que o ônibus urbano recuou 0,56%. Isso se deve, segundo o instituto, pela gratuidade ou redução tarifária aos domingos em São Paulo (0,44%) e Salvador (0,36%) e aos feriados em Brasília (-3,30%), Belém (-3,41%), Belo Horizonte (-3,29%) e Curitiba (-1,46%).

## ALIMENTAÇÃO

No grupo alimentação e bebidas, que registrou alta de 1,38%, a alimentação no domicílio saiu de 1,77% em abril, para 1,73% em maio. Contribuíram para esse resultado as quedas da maçã (-2,32%) e do café moído (-2,09%).

Por outro lado, destacaram-se as altas da batata-inglesa (26,29%), do tomate (12,97%), do leite longa vida (6,07%) e das carnes (1,98%).

A alimentação fora do domicílio (0,51%) desacelerou em relação a abril (0,7%), por conta das variações da refeição (0,57%) e do lanche (0,37%) que, nesse mesmo mês, subiram 0,65% e 0,87%, respectivamente.

Já no grupo habitação, com alta de 1,03%, destaca-se energia elétrica residencial, com acréscimo de 2,16%, como principal impacto individual no índice.

## TESOURO

# Dívida Pública sobe 1,91% em abril e encosta em R\$ 8,8 tri

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A emissão recorde de títulos, principalmente vinculados à Taxa Selic (juros básicos da economia), fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em abril. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 8,633 trilhões em março para R\$ 8,798 trilhões no mês passado, alta de 1,91%.

Em agosto do ano passado, o indicador superou pela primeira vez a barreira de R\$ 8 trilhões. De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 1,93%, passando de R\$ 8,302 trilhões em março para R\$ 8,462 trilhões em abril. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 68,04 bilhões em títulos a mais do que resgatou, principalmente em papéis ligados à Selic. A alta foi reforçada pela apropriação de R\$ 92,54 bilhões em juros.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 14,5% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 201,09 bilhões em títulos da DPMFi, volume recorde para todos os meses desde o início da série histórica. O principal fator foi a substituição de títulos vinculados à Selic que venceram no mês passado, mais o lançamento que atende à demanda dos investi-

## Números

## Tesouro Nacional

A DPF passou de R\$ 8,633 trilhões em março para R\$ 8,798 trilhões no mês passado, alta de 1,91%

## Dívida Federal

Externa (DPFe) subiu 1,28%, passando de R\$ 331,64 bilhões em março para R\$ 335,88 bilhões em abril

dores em abril.

Apesar da emissão recorde, os resgates foram altos em abril e somaram R\$ 133,05 bilhões. Isso porque tradicionalmente o primeiro mês de cada trimestre concentra vencimento de títulos prefixados (com juros determinados no momento da emissão).

A Dívida Pública Federal externa (DPFe) subiu 1,28%, passando de R\$ 331,64 bilhões em março para R\$ 335,88 bilhões em abril. Apesar da queda de 4,42% do dólar no mês passado, provocada pelo aumento no preço do petróleo, a dívida aumentou por causa da emissão recorde de 5 bilhões de euros em meados de abril.

## COLCHÃO

Após uma queda expressiva em março, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) subiu. Essa reserva passou de R\$ 885 milhões em março para R\$ 1,091 trilhão em abril. O principal motivo, segundo o Tesouro Nacional, foram as emissões superiores aos resgates no mês passado.

Atualmente, o colchão cobre 8,91 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,649 trilhão em títulos federais.

## BANCO CENTRAL

## Gastos de turistas estrangeiros no Brasil no ano sobem mais de 9%

BRUNO BOCCHNI/ABRASIL

Os gastos dos turistas estrangeiros no Brasil totalizaram nos quatro primeiros meses do ano R\$ 20,2 bilhões, 9,2% acima do registrado no mesmo período de 2025. Divulgados ontem, os dados são do Banco Central.

Somente no mês de abril, os turistas internacionais in-

jetaram R\$ 4,19 bilhões na economia brasileira, um aumento de 1,2% na comparação com abril de 2025, quando os valores alcançaram R\$ 4,14 bilhões.

“Nossa atuação na busca por turistas de outros países tem sido intensa. Mais do que movimentar aeroportos, hotéis e restaurantes, o turismo

brasileiro transforma a realidade de milhares de brasileiros e brasileiras”, disse o ministro do Turismo, Gustavo Feliciano.

## CHINA BRASIL

De acordo com o Ministério do Turismo, o governo do Brasil iniciou na última segunda-feira negociações com a China Eas-

tas promovidas pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) até meados do ano passado. A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa.

## PRAZO

O prazo médio da DPF subiu de 4,1 para 4,12 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

A composição dos detentores da Dívida Pública Federal interna ficou a seguinte:

- Instituições financeiras: 31,46% do estoque;
- Fundos de pensão: 22,32%;
- Fundos de investimentos: 22,17%;
- Não residentes (estrangeiros): 10,38%
- Demais grupos: 13,66%.

Com a maior tensão no mercado financeiro em abril, com a guerra no Oriente Médio, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu em relação a março, quando estava em 10,7%. Quanto maior a fatia de estrangeiros na dívida interna, maior a confiança no Brasil.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

tern, uma das três maiores companhias aéreas estatais do país, para a abertura de rotas entre as duas nações.

Em reunião em Xangai, o ministro apresentou propostas de cooperação para ampliar a presença do Brasil nas plataformas da companhia aérea, incluindo a exibição de filmes nacionais nos voos da empresa.

ração e transmissão no País.

Com a entrada em operação prevista até março de 2029, o projeto possui investimento estimado pela Anel em R\$ 3,157 bilhões, considerando valores da época do leilão, e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 322 milhões no ciclo 2025/2026.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

PETRÓLEO

# Petrobras e Pemex podem explorar no Golfo do México

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

**A** Petrobras e a Pemex - empresa estatal mexicana de petróleo e gás - estão em negociação para uma parceria na prospecção e exploração de petróleo em águas profundas no Golfo do México, além de projetos conjuntos de refino e gás. De acordo com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (foto), a colaboração está sendo articulada entre os governos brasileiro e mexicano.

Em evento em Manaus (AM), Lula contou que recebeu um telefonema da presidente do México, Claudia Sheinbaum, para manifestar o interesse na parceria. Segundo ele, a presidente da Petrobras, Magda Chambriard, irá ao México para tratar da cooperação.

“Vamos fazer uma associação com a Pemex e vamos ao Golfo do México para ver se o companheiro Trump vai se meter com a Petrobras prospectando água a 2,5 mil metros (de profundidade)”, disse Lula, lembrando as ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de interferir em países latino-americanos.

Missões técnicas de ambas as estatais têm sido realizadas no México e no Brasil para avaliar a viabilidade geológica, reservas e adequações regulatórias na região. “A Petrobras é muito respeitada no mundo”, ressaltou o presidente.

INVESTIMENTOS

Lula participou, em Manaus,



FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ABRASIL

de anúncios de investimentos da Petrobras no Amazonas. A empresa investirá mais de R\$ 2,8 bilhões para ampliar a produção de gás natural no Polo Urucu, em Coari (AM), e na construção de embarcações no Estaleiro Bertolini Construção Naval da Amazônia, na capital do estado.

O presidente defendeu que a Petrobras seja utilizada para gerar riqueza e desenvolver o país. “Nós temos que utilizar o potencial de uma empresa do porte da Petrobras, que tem ações na bolsa de Nova York, em que o governo pode indicar a direção e o conselho”, disse.

“Mas o governo não manda na Petrobras, a gente discute as prioridades do Brasil. Não é o que a Petrobras precisa, é tam-

bém o que o Brasil precisa. Porque se a gente não fizer as barcas aqui, a gente não gera emprego, a gente não gera conhecimento tecnológico, a gente não forma bons profissionais”, reforçou.

Para o presidente, com a fabricação das embarcações em solo brasileiro, o país ganha mais autonomia e gera empregos na indústria naval. Segundo ele, esse setor empregava cerca de 16 mil trabalhadores e, nos últimos anos, subiu para 75 mil.

“O minério de ferro é nosso, a siderúrgica é nossa, o estaleiro é nosso, a Petrobras é nossa. Por que a gente tem que comprar dos outros? A gente só compra dos outros aquilo que a gente não tem, não produz, não sabe

fazer, mas a gente sabe fazer. Então, por que não gerar a oportunidade para as pessoas virarem profissionais?”, argumentou.

“Meu sonho é chegar a 100 mil trabalhadores na indústria naval, porque quem constrói uma barcaça, constrói duas, três, quatro barcaças e a gente não tem que ficar implorando para comprar de fora (...). E a gente tem débito comercial no transporte marítimo”, lembrou.

Em abril, o gasto com aluguel de equipamentos nas contas externas do país chegou a US\$ 1,130 bilhão. Essa rubrica contabiliza o aluguel de itens como maquinários, plataformas e aeronaves pagas a empresas estrangeiras.

# Lula e Magda anunciam amanhã investimentos de R\$ 72,5 bilhões da Petrobras em Sergipe

DENISE LUNA/AE

Depois de anunciar investimentos ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Bahia, São Paulo e Amazonas, a Petrobras divulga amanhã, re-

ursos da ordem de R\$ 72,5 bilhões em Sergipe, sendo R\$ 60 bilhões para o desenvolvimento do projeto Sergipe Águas Profundas (Seap).

O evento será realizado na Fábrica de Fertilizantes de

Sergipe (Fafens-SE) e contará com a presença da presidente da estatal, Magda Chambriard. Além do Seap, o descomissionamento de plataformas e a retomada da produção na Fafen-SE também farão

parte dos anúncios.

Os investimentos já estavam previstos no Plano de Negócios 2026-2030 da companhia e fazem parte do novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

CONTAS 2025

# TCU vê R\$ 52,6 bi distorcidos da Defesa

JOÃO CAIRES E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou ontem, que há distorções com efeito líquido de R\$ 52,63 bilhões no Ativo Total do Ministério da De-

fesa (MD) nas demonstrações contábeis de 2025.

Segundo o relatório, a maior parte do valor decorre de R\$ 47,13 bilhões em bens imóveis registrados no Comando da Aeronáutica, embora esses imóveis não estivessem sob controle

do órgão, e de R\$ 2,37 bilhões relacionados à reincorporação incorreta de ativos.

A auditoria também identificou R\$ 3,05 bilhões associados a estoques por falhas na consolidação: movimentações internas (entre unidades do próprio Mi-

nistério) não foram eliminadas como transações “intragruppo”, o que inflou o saldo.

O Tribunal determinou que Secretaria Nacional de Aviação Civil, Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Ministério da Defesa e Aeronáutica concluem até o fechamento de 2026 a transferência de responsabilidade dos imóveis que inflaram o ativo em R\$ 47,13 bilhões.

TRANSFERÊNCIA

# R\$ 5,7 bi de valores esquecidos em bancos vão para o Desenrola

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os brasileiros ainda podem recuperar quase R\$ 5 bilhões em dinheiro esquecido em bancos e instituições financeiras, mesmo após o governo federal transferir parte dos recursos do Sistema de Valores a Receber (SVR), do Banco Central, para o programa Desenrola Brasil 2.0.

Segundo o Ministério da Fazenda, R\$ 5,7 bilhões já foram destinados ao Fundo de Garantia de Operações (FGO), fundo público que servirá como garantia para renegociação de dívidas no programa de combate à inadimplência. A transferência havia sido anunciada no início do mês.

O balanço mais recente divulgado pelo Banco Central (BC) aponta que havia R\$ 10,6 bilhões disponíveis no sistema até março. Com a transferência parcial ao FGO, restam cerca de R\$ 4,9 bilhões disponíveis para saque pelos correntistas.

Os recursos pertencem a mais de 45 milhões de pessoas físicas e cerca de 5 milhões de empresas que esqueceram valores no sistema financeiro.

RECURSOS MANTIDOS

De acordo com o governo federal, os valores transferidos ao FGO ainda podem ser reivindicados pelos titulares. Um edital de chamamento público deverá ser publicado para regulamentar o procedimento de contestação e devolução dos recursos.

Após a publicação, os cidadãos terão prazo de 30 dias para pedir os valores transferidos ao fundo público. Caso não haja contestação, o dinheiro será incorporado definitivamente ao FGO. Em relação aos recursos que continuam no SVR, o Ministério da Fazenda informou que não é necessário esperar o edital para consultar e pedir o ressarcimento.

GARANTIA AO CRÉDITO

O governo afirma que os re-

ursos ajudarão a fortalecer o sistema financeiro e garantir renegociações no Desenrola 2.0.

Segundo a Fazenda, o FGO será utilizado para cobrir eventuais inadimplências de contratos renegociados, oferecendo mais segurança às instituições financeiras participantes do programa.

O Banco Central também informou que reservou parte dos recursos para assegurar pedidos de restituição feitos pelos titulares.

CONSULTA GRATUITA

A consulta aos valores é gratuita e deve ser feita exclusivamente pelo sistema oficial do Banco Central.

O acesso exige conta Gov.br nível prata ou ouro, além da autenticação em duas etapas. Desde fevereiro, o BC reforçou as medidas de segurança para evitar fraudes no sistema.

O órgão alerta que não envia mensagens, links ou faz ligações solicitando dados pessoais para liberação dos valores.

RESGATE AUTOMÁTICO

O Banco Central também oferece a opção de pedido automático de resgate.

Nesse modelo, valores futuros podem ser transferidos automaticamente para a conta do cidadão sem necessidade de novo pedido manual.

A funcionalidade está disponível apenas para pessoas físicas com chave Pix vinculada ao CPF e conta Gov.br com verificação em duas etapas ativada.

QUEM TEM DIREITO

O SVR reúne recursos esquecidos por pessoas físicas e empresas em instituições financeiras. Herdeiros, inventariantes ou representantes legais podem solicitar os recursos no caso de pessoas falecidas, mediante apresentação de documentação e preenchimento de termo de responsabilidade.

Nota

BOULOS: GOVERNO ABRIRÁ PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTRA IFOOD E KEETA

O ministro da Secretaria Geral, Guilherme Boulos, disse ontem, que o governo abrirá um processo contra o iFood e a Keeta por supostamente descumprirem uma portaria do governo federal que obriga as empresas de entrega e transporte por aplicativo a dar transparência aos usuários sobre o valor pago aos motoristas e o que é retido pelas plataformas. Boulos afirmou que outras grandes empresas, como Uber e 99, estão cumprindo a portaria regularmente e informando quanto do valor pago pelos consumidores é repassado aos motoristas e quanto é retido pelas empresas. “Segundo o levantamento e os relatórios da Senacon (Secretaria Nacional do Consumidor, vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública), a Uber tem cumprido e a 99 tem cumprido a transparência prevista na portaria.

BREF III EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS 8 S.A.					
CNPJ nº 28.939.754/0001-20					
Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)					
Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024			Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024		
ATIVO	2025	2024	PASSIVO	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	299	2.128	Fornecedores	699	95
Contas a receber de clientes	957	1.116	Tributos a pagar	228	253
Impostos a Recuperar	46	39	Tributos diferidos	141	168
<b>TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.302</b>	<b>3.283</b>	Adiantamento de clientes	-	290
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Contas a pagar a partes relacionadas	-	424
Contas a receber de clientes	18	25	<b>TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.068</b>	<b>1.230</b>
Estoque de imóveis	114.658	154.501	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>114.676</b>	<b>154.526</b>	Depósito caução	38	38
			Contas a pagar a partes relacionadas	38.100	49.126
			Tributos diferidos	3	3
			<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>38.141</b>	<b>49.167</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Capital social	54.510	54.510
			Reserva Legal	3.117	3.117
			Reserva de retenção de lucros	19.142	49.785
			<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>76.769</b>	<b>107.412</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>115.978</b>	<b>157.809</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>115.978</b>	<b>157.809</b>
Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024					
	2025	2024		2025	2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			Adiantamento de clientes	(290)	(1)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (29.174)	11.200	11.200	Tributos a pagar (exceto IRPJ e CSLL)	13	(2)
Ajustes para conciliar o resultado à disponibilidade geradas pelas atividades operacionais			Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.526)	(1.517)
PIS e COFINS diferidos	(8)	(1)	<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>9.621</b>	<b>9.863</b>
Redução ao valor realizável líquido de estoques	40.313	-	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Variáveis nos ativos e passivos</b>	<b>11.131</b>	<b>11.199</b>	Pagamento de redução de capital	(11.026)	(10.000)
<b>Aumento/(redução) no ativo:</b>			Dividendos pagos	(424)	-
Contas a receber de clientes	166	15	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(11.450)</b>	<b>(10.000)</b>
Impostos a recuperar	(7)	-	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.829)	(137)
Estoques de imóveis	(470)	145	<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>		
<b>Aumento/(redução) de passivo:</b>			de retenção de lucros	2.128	2.265
Fornecedores	604	12	No início do exercício	299	2.128
			<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.829)</b>	<b>(137)</b>

João Rodrigues Teixeira Junior  
Administrador

Innova Planning RJ Serviços Contábeis Ltda.  
Fábio da Silva Baptista - RJ 005370/O-3

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA 1ª E 2ª SÉRIES, DA 88ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES, DA 88ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado em 20 de maio de 2026 no site da Emissora ([www.canalsecuritizadora.com.br](http://www.canalsecuritizadora.com.br)) e no sistema fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 88ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª e 2ª Séries da 88ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização", nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 25 de junho de 2026, às 14:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado dos CRI diante da ocorrência de Evento de Vencimento Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, itens "i" e "iv" dos Termos de Emissão (conforme definido no Termo de Securitização); (ii) Caso aprovados os itens acima, aprovar a contratação da empresa avaliadora, entre as permitidas pela Cláusula 9.1.2 do Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas, nos termos da proposta mais economicamente viável, arquivada na sede da Securitizadora, que constará no Anexo I à ata de assembleia, para determinação do valor de venda das ações das Cedentes, nos termos da Cláusula 9.1.1 e seguintes, do Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas; (iii) Caso aprovados os itens acima, deliberar sobre a contratação do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), como assessor legal, nos termos da proposta arquivada na sede da Securitizadora, que constará no Anexo II à ata de assembleia, para a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais em face das Devedoras e dos Avalistas, visando a execução das Garantias fiduciárias, até o integral adimplemento das Obrigações Garantidas; e (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [afassemblies@oliveiratrust.com.br](mailto:afassemblies@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Forgreen 88", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 28 de maio de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 121ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA, DA 121ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado em 20 de maio de 2026 no site da Emissora ([www.canalsecuritizadora.com.br](http://www.canalsecuritizadora.com.br)) e no sistema fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 121ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 121ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização", nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 25 de junho de 2026, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado dos CRI diante da ocorrência de Evento de Vencimento Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, item "xx" dos Termos de Emissão (conforme definido no Termo de Securitização); (ii) Caso aprovados os itens acima, aprovar a contratação da empresa avaliadora, entre as permitidas pela Cláusula 9.1.6 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, nos termos da proposta mais economicamente viável, arquivada na sede da Securitizadora, que constará no Anexo I à ata de assembleia, para determinação do valor de venda das ações das Cedentes, nos termos da Cláusula 9.1.5 e seguintes, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (iii) Caso aprovados os itens acima, deliberar sobre a contratação do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), como assessor legal, nos termos da proposta arquivada na sede da Securitizadora, que constará no Anexo II à ata de assembleia, para a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais em face das Devedoras e dos Avalistas, visando a execução das Garantias fiduciárias e a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [afassemblies@oliveiratrust.com.br](mailto:afassemblies@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Forgreen 121", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 28 de maio de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES, DA 33ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES, DA 33ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado em 20 de maio de 2026 no site da Emissora ([www.canalsecuritizadora.com.br](http://www.canalsecuritizadora.com.br)) e no sistema fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização", nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 25 de junho de 2026, às 14:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado dos CRI na ocorrência de Evento de Recompulsão, nos termos da Cláusula 7.1, item "xiii" do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças ("Contrato de Cessão"); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, deliberar sobre a execução das cotas do EQJ Liquefaz, aprovando o imediato resgate das Cotas do EQJ Liquefaz, bem como a transferência imediata dos recursos decorrentes dos direitos creditórios das Cotas do EQJ Liquefaz, para a Cota do Patrimônio Separado, para fins de desinvestimento do Fundo de Despesa, nos termos da Cláusula 8.4 do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Cotas e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas"); (iii) Caso aprovados os itens acima, aprovar a contratação da empresa avaliadora, entre as permitidas pela Cláusula 8.1.2 do Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas, nos termos da proposta mais economicamente viável, arquivada na sede da Securitizadora, que constará no Anexo I à ata de assembleia, para determinação do valor de venda das ações das Cedentes, nos termos da Cláusula 8.1.1 e seguintes, do Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas; (iv) Caso aprovados os itens acima, deliberar sobre a contratação do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), como assessor legal, nos termos da proposta arquivada na sede da Securitizadora, que constará no Anexo II à ata de assembleia, para a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais em face das Cedentes e dos Fiadores, visando a execução das Garantias fiduciárias, até o integral adimplemento das Obrigações Garantidas; e (v) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [afassemblies@oliveiratrust.com.br](mailto:afassemblies@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Forgreen 33", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 28 de maio de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

**FEMINICÍDIO****GEOVANNA HORA/AE**

Uma mulher foi morta a tiros na noite da terça-feira, passada, no Tremembé, zona norte de São Paulo. O ex-companheiro da vítima, apontado como o principal suspeito do crime, é procurado.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

(SSP) informou, em nota, que a mulher, Leticia Alves de Oliveira, de 26 anos, foi baleada pelo ex-companheiro, identificado como Raimundo Nonato Ferreira da Silva, de 52, na casa onde morava, na Rua Baltazar Aguilá.

Após o crime, a Polícia Militar foi acionada e encontrou a mulher ferida. O resgate chegou a ser chamado, mas a víti-

ma não resistiu aos ferimentos e teve a morte confirmada ainda no local.

Segundo a SSP, Silva fugiu logo após os disparos. Ele ainda não foi localizado e é procurado pelas autoridades. Dois celulares foram apreendidos.

A perícia foi acionada e o caso foi registrado como feminicídio, violência doméstica e localização/apreensão de objeto no

73º Distrito Policial, do Jaçanã.

Dados da SSP mostram que o Estado de São Paulo registrou 55 feminicídios nos dois primeiros meses deste ano, o equivalente a um caso a cada 25 horas.

Trata-se do maior índice desse tipo de crime para um primeiro bimestre desde 2018, quando a pasta passou a divulgar os dados em suas estatísticas criminais.

**ZONA OESTE**

# 'Gangue da moto': jovem de 24 anos é baleado após reagir a assalto

**GEOVANNA HORA/AE**

Um homem foi baleado após reagir a um assalto em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, na madrugada de ontem.

A Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP) informou, em nota, que a

vítima, de 24 anos, foi abordada por três criminosos em motos na Rua Bianchi Bertoldi, na altura do número 141, por volta da 1h25.

Em determinado momento, o homem reagiu ao assalto e foi baleado. Na sequência, os criminosos fugiram.

**VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

# 'Sua pizza chegou', diz Policial Militar ao chegar ao local de pedido de socorro

**CAIO POSSATI/AE**

Uma mulher vítima de violência doméstica em São Paulo usou o telefone 190 para pedir socorro. Durante uma ligação, que caiu no sistema do Centro de Operações da Polícia Militar, ela simulou um pedido de pizza.

O caso foi registrado na última sexta-feira.

"Oi, eu gostaria de pedir uma pizza", disse a mulher. A ligação caiu no sistema do Centro de

Operações da Polícia Militar. Do outro lado da linha, a atendente percebeu que se tratava de uma denúncia e deu continuidade à conversa.

"A senhora quer pizza de calabresa ou muçarela?", perguntou a policial, até que a vítima conseguiu informar o endereço da ocorrência, no Jardim São Francisco, zona leste de São Paulo. Uma equipe do 37º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (BPM/M) foi enviada ao local.

A vítima foi encaminhada ao Hospital das Clínicas, onde permanece sob cuidados médicos. Não há informações atualizadas sobre seu estado de saúde.

O caso foi registrado como roubo no 14º Distrito Policial, de Pinheiros. Segundo a SSP, a Polícia Civil realiza diligências, in-

clusive a análise de imagens, para identificar os autores.

Dados disponibilizados pela SSP mostram que, entre janeiro e novembro do ano passado, Pinheiros registrou quase 2,9 mil roubos, atrás apenas do Capão Redondo (3,5 mil), na zona sul, e da Sé (3,3 mil), no centro.

Ainda dentro da viatura quando estavam a caminho do imóvel, os policiais conversaram para decidir como iriam agir. "A gente liga para ela e diz: 'a pizza chegou'. Este foi, inclusive, um pedido feito pela vítima durante o telefonema feito à polícia. Ela pediu que fosse informada quando o suposto entregador chegasse com a pizza. Desta forma, agiram os policiais.

Na frente da residência, a câmara corporal de um dos poli-

ciais também mostrou o momento que a mulher saiu da residência, assim como a prisão do agressor.

Quando os agentes chegaram, fizeram contato com a vítima informando que "a pizza havia chegado", conforme a mulher havia solicitado. Segundo relato da PM, ela atendeu os policiais com sinais de nervosismo. A vítima afirmou que vinha sendo agredida pelo companheiro e que ele estava armado.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CANCELAMENTO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 145ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulista, CEP 01451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora" ou "Securitizadora"), vem, por meio do presente edital, informar os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 145ª (centésima quadragésima quinta) emissão, em série única, da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), a respeito do cancelamento e desconexão da Assembleia Especial, que ocorreria em dia 28 de maio de 2026, às 15h (quinze horas), de forma exclusivamente digital, conforme "Edital de Primeira Convocação Para Assembleia Especial De Investidores Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Da 145ª (Centésima Quadragesima Quinta) Emissão, Em Série Única, Da Canal Companhia De Securitização", publicado nos dias 06, 07 e 08 de maio de 2026 no jornal Diário do Acionista, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

São Paulo - SP, 27 de maio de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merinoreyna - Diretor de Securitização

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.005.765.535

**EDITAL DE CANCELAMENTO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 151ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.234, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulista, CEP 01451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora" ou "Securitizadora"), vem, por meio do presente edital, informar os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 151ª (centésima quinquagésima primeira) emissão, em série única, da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), a respeito do cancelamento e desconexão da Assembleia Especial, que ocorreria em dia 27 de maio de 2026, às 15h (quinze horas), de forma exclusivamente digital, conforme "Edital de Primeira Convocação Para Assembleia Especial De Investidores Dos Certificados De Recebíveis Imobiliários Da 151ª (Centésima Quinquagesima Primeira) Emissão, Em Série Única, Da Canal Companhia De Securitização", publicado nos dias 06, 07 e 08 de maio de 2026 no jornal Diário do Acionista, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

São Paulo - SP, 27 de maio de 2026.

Alejandro Pontes de Bessa Merinoreyna - Diretor de Securitização

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 151ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

A CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, na qualidade de emissora dos CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA, DA 151ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO vem, por meio do presente rerratificar o Edital de Convocação publicado em 20 de maio de 2026 no site da Emissora ([www.canalsecuritizadora.com.br](http://www.canalsecuritizadora.com.br)) e no sistema fundos.net, que passa a vigorar com o seguinte texto: Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 151ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulos dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Em Série Única da 145ª (Centésima Quadragesima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia 25 de junho de 2026, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Deliberar sobre a declaração de vencimento antecipado dos CRI diante da ocorrência de Evento de Vencimento Não Automático, nos termos da Cláusula 8.1.2, item "xii" dos Termos de Emissão (conforme definido no Termo de Securitização); (ii) Caso aprovados os itens acima, aprovar a contratação da empresa avaliadora, entre as permitidas pela Cláusula 9.1.6 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, nos termos da proposta mais economicamente viável, arquivada na sede da Securitizadora, que constará no Anexo I à ata de assembleia, para determinação do valor de venda das ações das Cedentes, nos termos da Cláusula 9.1.5 e seguintes, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; (iii) Caso aprovados os itens acima, deliberar sobre a contratação do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), como assessor legal, nos termos da proposta arquivada na sede da Securitizadora, que constará no Anexo II à ata de assembleia, para a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais em face das Devedoras e dos Avalistas, visando a execução das Garantias fiduciárias, até o integral adimplemento das Obrigações Garantidas; e (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail [afassemblies@oliveiratrust.com.br](mailto:afassemblies@oliveiratrust.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI Forgreen 151", observando o disposto no CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na Junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na Junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 28 de maio de 2026.

Alejandro Merino - Diretor de Securitização

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**RERRATIFICAÇÃO DO EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, DA SÉRIE ÚNICA, DA 145ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

## DOENÇA

# HPV leva a 7,5 mil mortes anuais por câncer no Brasil

TÂMARA FREIRE/ABRASIL

Os cânceres causados por HPV provocaram cerca de 7,5 mil mortes e 29 mil hospitalizações anuais no Brasil, e 85% dos afetados são mulheres. A maioria desses casos é considerada prevenível, com a identificação das chamadas lesões precursoras, que podem ser tratadas antes que se tornem câncer e, principalmente, com vacinação.

Os dados fazem parte de um estudo publicado na revista científica *Human Vaccines & Immunotherapeutics*, que analisou dados oficiais do Ministério da Saúde. O objetivo foi identificar as tendências de hospitalização e mortalidade, por isso a análise englobou o período de 2011 a 2019, anterior à pandemia de covid-19, que impactou diversos indicadores de saúde.

De acordo com a líder do estudo, a diretora executiva de Pesquisa de Dados de Mundo Real da farmacêutica MSD, Cintia Parellada, um dos destaques é o alerta a respeito dos diversos tipos de câncer que o HPV pode causar. Para chegar aos resultados, os pesquisadores coletaram todas as ocorrências e estimaram quantas foram causadas pelo vírus, considerando as proporções consolidadas pela literatura médica.

O câncer de colo do útero permanece como a maior preocupação, correspondendo a 74,3% das hospitalizações e 77,3% das mortes ocorridas no período analisado. Mas isso significa que um a cada quatro pacientes desenvolveu a doença em outro local, somando mais de 50 mil hospitalizações.

"O foco no colo do útero pode passar uma falsa percepção de

que só a mulher tem que se vacinar. Mas, na verdade, o HPV é responsável por oito tipos de cânceres, que atingem mulheres e homens: colo do útero, vagina, vulva, ânus e pênis, e orofaringe, laringe e cavidade oral, que são os cânceres de cabeça e pescoço", complementa a diretora executiva.

O câncer anal foi o tipo que apresentou maior aumento nas ocorrências, de 3,1% nas hospitalizações e de 10,9% na mortalidade. Homens que fazem sexo com homens e pessoas imunossuprimidas são especialmente vulneráveis.

Cintia também chama a atenção para o fato dos cânceres de cabeça e pescoço acometerem quatro vezes mais homens do que mulheres.

"Nos países que já conseguiram atacar o problema do câncer do colo do útero, o problema do HPV está maior nos homens por causa disso. E nesse tipo de câncer não existe lesão precursora que possa ser tratada. A prevenção é apenas a vacinação", alerta a médica.

O estudo também mostra uma tendência preocupante com relação ao câncer do colo do útero. De 2011 a 2016, as hospitalizações caíram 4,7%, mas, de 2016 a 2019, o movimento foi o inverso, com crescimento de 3,9%. A mortalidade apresentou o mesmo padrão, com queda de 0,7% no primeiro período e alta de 1,5% no segundo.

Outro dado preocupante vem da análise etária. Enquanto todos os outros tipos começam a ter maior incidência a partir dos 40 ou 50 anos, no caso do câncer de colo do útero, as hospitalizações já são expressivas a partir dos 30. A a média de idade das pacientes é de 47 anos, pelo me-

nos dez a menos do que nos outros tipos de câncer. A idade média das pessoas que morreram pela doença também é menor: 56 anos.

"Hoje o câncer do colo do útero é o câncer que mais mata mulheres em idade reprodutiva e é o que tem maior nível de incidência [nessa faixa etária]. A gente sabe que apenas 40% das mulheres fazem o papanicolau de maneira periódica como é recomendado. Então, elas são diagnosticadas quando já têm um tumor invasivo", reforça Cintia.

O papanicolau ou exame preventivo é o procedimento ginecológico que deve ser feito periodicamente para detectar a presença do HPV ou de lesões precursoras no colo uterino, possibilitando que a paciente seja acompanhada com mais cautela ou receba o tratamento, em caso de lesões, evitando que elas evoluam para câncer.

No ano passado, o Ministério da Saúde atualizou as diretrizes para esse exame de rastreamento. Agora, todas as mulheres e outras pessoas com útero, entre 25 e 64 anos, devem fazer o teste DNA-HPV oncogênico, que detecta não somente a presença do vírus, como também identifica de que tipo ele é, já que apenas alguns têm potencial cancerígeno.

Em caso negativo, o exame só precisa ser repetido depois de cinco anos. Em caso positivo, a paciente deve ser encaminhada para outros exames, para confirmar ou descartar lesões ou o câncer já instalado, e realizar o tratamento. As autoridades de saúde acreditam que, com rastreamento organizado, tratamento oportuno e vacinações com alta cobertura, o câncer de colo do útero pode ser elimina-

do em 20 anos.

Cintia Parellada reforça que apesar dos desfechos agressivos, este é um tipo de câncer que oferece grande oportunidade de prevenção. "Depois que uma pessoa se infecta, ela demora dois anos para ter a lesão precursora. E da lesão precursora até o câncer, esse caminho pode ser de dez anos."

Por outro lado, isso também demonstra a importância da vacinação precoce. "Uma pessoa que começou a atividade sexual com 15 anos, quando ela chega nos 30, já pode ter o câncer do colo do útero", alerta.

A vacina contra o HPV foi incorporada ao Sistema Único de Saúde (SUS) em 2014, e estudos já mostram que ela ajudou a reduzir a incidência de câncer e das lesões precursoras. No entanto, o Instituto Nacional de Câncer (Inca) projeta que mais de 19 mil novos casos serão diagnosticados por ano no país, durante o período 2026-2028, um aumento de 14% em comparação ao triênio anterior.

A vacina é recomendada a todas as crianças e adolescentes, de 9 a 14 anos, porque sua eficácia é maior se for tomada antes do início da vida sexual. O Ministério da Saúde está com uma campanha vigente de resgate vacinal para todos os jovens de até 19 anos que não foram vacinados na idade correta.

Além disso, também devem receber a vacina: pessoas imunodeprimidas, vítimas de abuso sexual, pessoas com papilomatose respiratória recorrente, usuários de profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP) e pacientes que já tiveram lesões pré-cancerosas de alto grau. Para outros públicos, a vacina está disponível em serviços privados de saúde.

## MACONHA

# Mulheres de 45 a 64 anos lideram mercado de cannabis medicinal

LETYCIA TREITERO KAWADA/ABRASIL

As mulheres mais velhas e empregadas são as principais consumidoras de cannabis medicinal importada no Brasil. Um levantamento inédito divulgado pela Blis Data em homenagem ao Mês das Mães comprova essa realidade entre as brasileiras que têm filhos.

A Blis Data possui o maior banco de dados de pacientes em tratamento canábico da América Latina.

## PERFIL ETÁRIO

As mulheres de 55 a 64 anos lideram o segmento no país e representam 28,2% do total de pacientes. O grupo de 45 a 54 anos aparece em seguida, com 27,2%. Juntos, esses dois grupos representam mais da metade das mulheres consumidoras de cannabis medicinal no Brasil.

As pacientes de 35 a 44 anos ocupam a terceira posição, com 18,7%. O grupo de mulheres com mais de 65 anos representa 16,3% do mercado, enquanto as mais jovens, de 18 a 34 anos, ocupam o último lugar, com apenas 9,6%.

A maior parte delas trabalha (79,9%) e se exercita regularmente (75,1%). Todas as regiões do país estão representadas na apuração. Contudo, Sudeste (61,6%) e Sul (19,7%) totalizam 81,3% do total de pacientes.

## REFIT

# MP pede à Justiça que mude para falência recuperação judicial

O Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) quer que a recuperação judicial da Refinaria de Petróleo de Mangueiras (Refit), na capital fluminense, seja convertida em falência. Nesse sentido, o MPRJ enviou para a Justiça, na terça-feira, pedido em que defende a análise da atual situação do processo de recuperação judicial.

No documento, o Grupo de Atuação Especializada de Defesa da Integridade e Representação à Sonegação Fiscal (Gaesf) "sustenta que, após quase 10 anos de recuperação judicial, a empresa não alcançou o objetivo de reestruturação econômico-financeira previsto na legislação".

Segundo o MP, ao longo desse período, o passivo fiscal da refinaria aumentou de cerca de R\$ 5 bilhões para aproximadamente R\$ 25,7 bilhões, numa demonstração de "ineficiência do processo". Além disso, o Gaesf destaca que a Refit manteve, nos últimos anos, "inadimplência tributária recorrente".

"De acordo com dados apresentados por órgãos fazendários, mais de 80% dos tributos devidos entre 2022 e 2024 deixaram de ser pagos, conduta apontada como característica de devedor contumaz", diz o Gaesf.

O MPRJ também cita investigações e operações conduzidas por órgãos de controle e persecução penal que indicam "a existência de um modelo de atuação baseado em sonegação fiscal e fraude estruturada, com indícios de ocultação patrimonial e mecanismos destinados a dificultar a cobrança de tributos".

"De acordo com o MPRJ, a manutenção da recuperação judicial tem produzido efeito

contrário ao esperado, contribuindo para o crescimento contínuo do passivo e gerando impactos negativos para a ordem econômica e o interesse público".

O documento cita, ainda, o descumprimento de obrigações previstas no plano de recuperação judicial, entre elas a ausência de informações atualizadas sobre o passivo tributário e a falta de medidas efetivas para o pagamento das dívidas, mesmo após prazo concedido pela Justiça.

Outro ponto destacado pelo MPRJ é a existência de indícios de esvaziamento patrimonial, com retirada de bens e recursos da empresa, dificultando o pagamento dos créditos, especialmente os tributários.

A manifestação menciona, inclusive, tentativas frustradas de bloqueio de ativos e decisões judiciais que reconheceram a existência de grupo econômico de fato associado à ocultação patrimonial.

Na avaliação do MPRJ, o instituto da recuperação judicial estaria sendo utilizado de forma indevida, como mecanismo de proteção contra medidas legítimas de cobrança, sem cumprir sua função de preservação da atividade empresarial e em prejuízo da coletividade.

Diante desse cenário, o Ministério Público requer a intimação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e das Procuradorias dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná para que se manifestem sobre o cumprimento dos parcelamentos tributários, eventual enquadramento da empresa como devedora contumaz, possíveis práticas de esvaziamento patrimonial e a efetividade das medidas de bloqueio de bens.

## JULGAMENTO

# Psiquiatra: Jairinho é perverso e tem prazer em provocar dor

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O ex-vereador Jairo Santos Júnior, o Dr. Jairinho (foto), tem perfil psicológico com traços de perversidade e sente prazer em provocar sofrimento em crianças pequenas, afirmou ontem o médico psiquiatra Rafael Bernardon Ribeiro.

O profissional é a primeira testemunha a ser ouvida no terceiro dia de julgamento do caso da morte do menino Henry Borel, de 4 anos, morto em março de 2021.

"Consegui perceber padrão de abuso infantil. Tem padrão de perversidade em infligir dor em crianças", disse o médico.

Além de Jairinho, a mãe de Henry, Monique Medeiros, é ré pela morte. De acordo com a polícia e o Ministério Público, a criança morreu após ser agredida por Jairinho, e a mãe teria sido omissa.

Formado pela Universidade de São Paulo (USP), Bernardon Ribeiro foi contratado pelo pai de Henry, Leniel Borel, para traçar o perfil psicológico dos réus do caso. No júri, ele foi chamado pela promotoria de acusação. Leniel fez parte do júri como assistente de acusação.

## CRIANÇAS VÍTIMAS

Para traçar o perfil psicológico, Bernardon Ribeiro não teve contato direto com os réus, e analisou depoimentos, entrevistas concedidas por eles e conversou com pessoas que conviveram com os dois.

O psiquiatra relatou ter buscado informações com duas mulheres que tiveram relacionamentos com Dr. Jairinho e os filhos delas.

Uma delas, Natasha de Oliveira Machado, segundo Bernardon, era amante de Jairinho e manipulada com a promessa de noivado e casamento. Ele relatou que a filha da mulher, de pouco mais de 3 anos na época, contou que teve o braço torcido pelo namorado da mãe e foi orientada por ele a dizer que tinha se machucado em uma aula de jiu-jitsu.

Em outra ocasião, prosseguiu no relato, sofreu uma sessão de afundamento em uma piscina.

Outro caso do qual tomou conhecimento foi do filho de Débora Mello Saraiva, que teve uma fratura no fêmur, o osso da coxa, além de sessões de pisoteio e de ter a cabeça encoberta. "Padrão de repetição que leva a traçar esse perfil de que a pessoa tem prazer em provocar a dor, tortura, e tem público-alvo crianças pequenas", constata o psiquiatra.

## DEFESAS REPUDIAM

Ainda durante o depoimento, o advogado de Jairinho, Rodrigo Fauz, distribuiu um comunicado à imprensa no qual criticou o testemunho.

"É um absurdo a oitiva de um médico psiquiatra que, por conta das diretrizes éticas médicas, não poderia sequer se manifestar sobre pessoas que não foram entrevistadas", escreve.

"Trata-se de uma pessoa que não presenciou, não entrevistou e apenas foi contratada pela acusação para expor suas impressões pessoais", completou.

Segundo Fauz, a própria juíza proibiu, na audiência em primeira fase, que o psiquiatra fosse ouvido. "Pessoa alheia e paga para confirmar a versão acusatória", finalizou.

TÂNIA RÉGO/ABRASIL



Sobre Monique Medeiros, Rafael Bernardon comentou que a mulher, ao ser informada sobre agressões sofridas pelo filho, "não teve instinto de preservar-lo". A investigação da polícia aponta que Monique sabia da violência.

Durante o depoimento, a defesa de Monique Medeiros interveio e pediu impugnação do testemunho, também sustentando que o médico não poderia traçar perfil psicológico dos réus sem tê-los entrevistados. A juíza Elizabeth Machado Louro, que preside o Tribunal do Júri, negou o pedido.

## JULGAMENTO

Nesta quarta-feira, também prestou depoimento a médica Maria Cristina de Souza Azevedo, do Hospital Barra D'Or, que socorreu Henry no dia da morte.

De acordo com o depoimento do delegado Henrique Damasceno, que foi ouvido na véspera, Jairinho pressionou para que o hospital liberasse o corpo do menino sem realização de perícia.

**ALTAS HABILIDADES**

# Senado aprova projeto que cria política para estudantes superdotados

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Senado aprovou ontem o projeto de Lei (PL) 1049/2026 que institui a Política Nacional para Estudantes com Altas Habilidades ou Superdotação (AH/SD), para dar atendimento especializado e desenvolver esses alunos. O projeto passará por análise presidencial para sanção.

A AH/SD é uma condição do neurodesenvolvimento que inclui potencial intelectual e capacidade de aprendizagem elevados.

Pelas regras aprovadas, esses estudantes deverão receber atendimento especializado que pode incluir aceleração de estudos, agrupamentos de estudantes pares ou grupos de interesse, e acesso a programas de enriquecimento, diferenciação ou aprofundamento curricular.

O texto prevê ainda a criação de centros de referência em altas habilidades ou superdotação em colaboração com estados e municípios. Os

recursos devem vir do Fundo Social do Pré-sal, de loterias por quota fixa (bets), do salário-educação direcionado ao Fundeb, e de recursos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

**SUBNOTIFICAÇÃO**

Dados do Censo Escolar de 2025 registraram cerca de 56 mil estudantes formalmente identificados com AH/SD. Os números, entretanto podem ser maiores, segundo entidades como a Associação Mensa Internacional.

Para tratar a subidentificação nos censos escolares, o projeto cria um mecanismo de triagem anual de estudantes com instrumentos pedagógicos como o estudo de caso, de caráter exclusivamente pedagógico e indicativo. Ou seja, a triagem não poderá ser usada como laudo, parecer clínico ou comprovação diagnóstica.

Os resultados da triagem educacional terão caráter confidencial para subsidiar o planejamento pedagógico e encaminhamentos subsequentes.

**LDO**

# Alcolumbre promulga trecho que autoriza repasses a estados

RAISA TOLEDO/AE

O presidente do Congresso Nacional Davi Alcolumbre (União-AP) promulgou ontem, quatro dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que haviam sido alvo de veto presidencial. Um deles permite doação de bens, valores e benefícios como cestas básicas, tratores e ambulâncias a Estados e municípios no meio da campanha eleitoral.

Na última quinta-feira, o Congresso derrubou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto de emenda à LDO. Lula havia avaliado que o dispositivo é "inconstitucional e contraria o interesse público", pois cria uma exceção à legislação eleitoral e por tratar de um tema que não é competência da lei orçamentária.

A Constituição estabelece que o presidente da República tem até 48 horas, após ser comunicado oficialmente pelo Congresso, para promulgar uma lei. Quando o prazo expira sem manifestação do chefe do Executivo, como nesse caso, a tarefa passa automaticamente ao presidente do Senado e do Congresso Nacional. Em caso de nova omissão, a responsabilidade é transferida ao vice-presidente da Casa.

Segundo a nova regra publicada, as doações de bens e valores não vão configurar descum-

primento do chamado "defeso eleitoral" - que proíbe as transferências três meses antes da eleição. No entendimento de técnicos do Congresso, a medida alcança até mesmo o pagamento de projetos bancados com emendas parlamentares

Os parlamentares retornaram ainda dois trechos que liberam o envio de recursos para construção e manutenção de rodovias estaduais e municipais e à malha hidroviária de Estados e municípios, tirando restrições ao financiamento de ações que não são de competência da União com dinheiro federal.

Outro veto derrubado permite que municípios de até 65 mil habitantes que estejam inadimplentes celebrem convênios durante o período eleitoral. Antes da sessão conjunta que retomou as alterações, Alcolumbre defendeu a derrubada do veto ao discursar na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a "Marcha dos Prefeitos", em Brasília.

"Hoje, são mais de 5.045 municípios que estão abaixo de 65 mil habitantes. Desses, mais de 3.100 estão hoje inadimplentes, portanto, sem poder acessar os convênios de recursos apresentados pelo governo federal, por programas do governo e também de recursos de transferências de emendas parlamentares", disse.

**Nota****TRIBUNAL DE MUNIQUE REALIZA AUDIÊNCIAS EM PROCESSO CONTRA TÜV SÜD POR BRUMADINHO**

O Tribunal Regional de Munique, na Alemanha, está realizando, nesta semana, uma etapa de audiências no processo contra a TÜV SÜD relacionado ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG). A TÜV SÜD seria a empresa responsável por atestar a estabilidade da barragem à época do colapso, de acordo com os autores. A estrutura era operada pela mineradora Vale. As sessões acontecem entre terça-feira passada, e hoje, com a participação de um perito técnico em barragens e um especialista em direito brasileiro nomeado pela Justiça alemã, informou o escritório de advocacia Pogust Goodhead (PG), que representa as vítimas do desastre. O processo tramita desde 2019, ano do acidente. Mais de 1.400 autores movem ações judiciais contra a TÜV SÜD, e os pedidos de indenização somam R\$ 3,2 bilhões (cerca de € 600 milhões), estima o PG, acrescentando que os municípios de Brumadinho e Mário Campos também figuram como autores da ação. Ainda conforme o PG, o caso está atualmente na fase de definição de responsabilidade e avança para uma etapa considerada decisiva.

**STF**

# PGR denuncia lobista e dois funcionários do STJ

AGUIRRE TALENTO/AE

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentou denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra o lobista Andreson de Oliveira Gonçalves

e dois assessores do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob acusação de venda de decisões.

É a primeira acusação formal decorrente da investigação sobre um suposto esquema de venda de decisões no segundo maior tribunal do país. O caso começou a ser

investigado em novembro de 2024, na Operação Sisamnes. A denúncia não aponta envolvimento de ministros do STJ no esquema.

Os dois servidores do STJ denunciados trabalharam nos gabinetes das ministras Nancy Andrih e Isabel Galotti.

Um deles é Márcio Toledo Pinto, que já foi exonerado pelo próprio tribunal e atuou nos gabinetes das duas. O outro acusado foi Daimler Alberto de Campos, que foi chefe de gabinete da ministra Galotti e está afastado desde o início das investigações.

**CLT**

# STF: shoppings devem ter espaços de amamentação para funcionárias

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que os shoppings devem garantir espaços de amamentação para funcionárias das lojas.

Por unanimidade, a Corte validou a norma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que obriga empresas que possuem mais de 30 mulheres a terem locais apropriados para as empregadas amamentarem seus filhos.

Pelo entendimento, a regra da CLT deve ser cumprida pela administradora dos shoppings, e não pelos lojistas. Os shoppings terão prazo de até um ano para implementarem a decisão.

O caso chegou ao Supremo por meio de recurso apresentado por um shopping de Natal, que foi condenado pela Justiça do Trabalho a garantir o espaço

para as empregadas das lojas.

O empreendimento sustentou que a obrigação trabalhista não pode ser transferida para a administradora do centro comercial.

Segundo a administradora, cabe aos lojistas, que são os empregadores, o dever legal de garantir os direitos das funcionárias.

**VOTOS**

O relator do caso, o ministro Gilmar Mendes, reconheceu que os shoppings devem disponibilizar os locais para amamentação, mas ponderou que os custos devem ser repassados aos lojistas.

"Por se tratar de uma transferência de obrigações que está sendo promovida, mediante interpretação ampliada da CLT, penso que deve ser reconheci-

do, no mínimo, o direito do centro comercial de repassar, aos seus condôminos lojistas e efetivos empregadores das profissionais beneficiadas, os custos com a implantação e manutenção da estrutura".

O ministro Flávio Dino rebateteu as alegações de prejuízos financeiros e disse que o setor de shoppings vive um momento econômico de "grande pujança" e não há empreendimento hipossuficiente.

O ministro citou também que o próprio Supremo possui um espaço amamentação.

"Todos nós caminhamos pelas dependências do tribunal e encontramos nossas funcionárias com seus bebês no colo. As comerciárias dos shoppings centers não são menos do que as nossas servidoras", completou. Moraes acrescentou que não

tem sentido obrigar cada lojista a ter um espaço de amamentação.

"Pouquíssimos lojistas têm 15 mulheres [funcionárias]. Só as lojas âncora têm. A administração do shopping facilmente consegue um local tranquilo. Não há necessidade de grandes investimentos", completou.

Cármen Lúcia, única ministra da Corte, afirmou que a Constituição garante proteção à maternidade.

"O que a mãe quer nesta fase é o direito ao sossego. Ela não quer ficar desesperada no trabalho. Ela prefere abrir mão do trabalho, é isso que tem acontecido, inclusive na magistratura", comentou.

Os ministros Cristiano Zanin, André Mendonça, Nunes Marques, Luiz Fux, Dias Toffoli e Edson Fachin completaram o placar unânime.

**18 A 29 ANOS**

# Senado aprova projeto de incentivo ao primeiro emprego para jovens

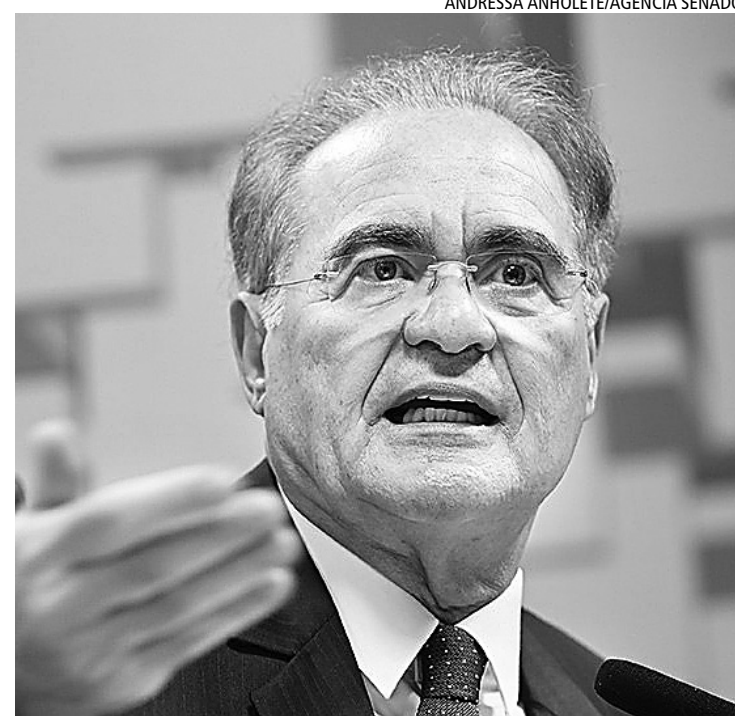
LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O Senado aprovou ontem o Projeto de Lei (PL) 5228/19, que cria o contrato de primeiro emprego. Pela proposta, jovens com idades entre 18 e 29 anos que nunca tiveram carteira assinada terão acesso facilitado ao mercado de trabalho. O texto segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O projeto determina a criação de incentivos para as empresas contratarem pessoas sem experiência profissional formal, entre elas a redução da alíquota do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da contribuição à Previdência Social.

No caso do FGTS, a alíquota incidente cairá de 8% para 2% no caso das microempresas; 4% para empresas de pequeno porte, entidades sem fins lucrativos, entidades filantrópicas, associações e sindicatos; e 6% para as demais empresas.

Além disso, o texto prevê que a contribuição patronal à Seguridade Social será reduzida de 20% para 10% do salário.



ANDRESSA ANHOLETE/AGÊNCIA SENADO

**QUEM PODE PARTICIPAR**

Estão aptos a participar do programa os jovens que estiverem matriculados na educação superior, educação profissional e tecnológica ou educação de jovens e adultos. Também pode-

rão ser contratados aqueles que já concluíram o ensino superior ou a educação profissional e tecnológica.

Os contratos terão prazo mínimo de seis meses, com possibilidade de até três prorrogas-

ções, respeitado o limite máximo de 24 meses. O projeto prevê a possibilidade de tornar a contratação permanente a qualquer momento.

O relator da proposta, senador Renan Calheiros (MDB-AL) (foto), retirou do texto encaminhado da Câmara dos Deputados dispositivos que previam incentivos à contratação de trabalhadores com mais de 50 anos que estão desempregados há mais de 12 meses. Para eles, estava prevista a modalidade de contrato de recolocação profissional.

O senador argumentou que a matéria foi incluída durante a tramitação do projeto na Câmara dos Deputados e desviava o foco do projeto original.

"Essa disposição não diz respeito ao mérito da criação de tal contrato ou à sua necessidade e adequação constitucional e jurídica. Outrossim, trata-se da percepção de que é matéria alheia ao projeto original e que não passou pela adequada discussão no âmbito do Senado Federal", argumentou.

**PARTIDO LIBERAL**

# Valdemar afirma que Castro só não sairá ao Senado se não reverter inelegibilidade

RAÍSA TOLEDO/AE

O presidente nacional do PL Valdemar Costa Neto afirmou ontem, que o ex-governador do Rio Cláudio Castro só não será candidato pelo partido ao Senado se não conseguir reverter sua inelegibilidade no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

À revista Veja, o dirigente ci-

tou como motivos a popularidade de Castro no interior do Estado do Rio e a associação de seu nome à pauta da segurança pública, relevante para a campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência.

Procurado pelo Estadão para comentar, Valdemar não retornou à tentativa de contato. Nos últimos 12 dias, o ex-governador

foi duas vezes alvo de operações da Polícia Federal (PF).

À Coluna do Estadão, aliados de Flávio avaliaram que a candidatura de Castro ficou "insustentável" com nova operação da PF nesta terça-feira, 26. Segundo esses interlocutores do partido, o ex-governador é "carta fora do baralho" e não tem condições de manter a

vaga na chapa do PL no reduto eleitoral da família Bolsonaro.

Na terça-feira, a PF deflagrou a oitava fase da Operação Compliance Zero, em que investiga a aplicação de recursos do Rioprevidência, fundo de previdência dos servidores do Rio, em fundos ligados ao Banco Master.eram o celular e o tablet de Castro.

## DARK HORSE

# Eduardo cobrou dinheiro a Vorcaro: 'máximo que puder'

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) tratou sobre o financiamento do filme Dark Horse com o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, por intermediação de Thiago Miranda, sócio do Portal Leo Dias. De acordo com mensagens divulgadas ontem, pelo site *Intercept Brasil*, ele deu orientações sobre como facilitar o envio de dinheiro aos Estados Unidos para a produção sobre a vida do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

"O ideal seria haver os recursos já nos EUA. Que dos EUA para o EUA é tranquilo. Se a empresa brasileira a enviar aos EUA não tiver aquele grande orçamento que mencionamos como exemplo, será problemático, vai ser necessário fazer as remessas aos poucos e isto tardaria cerca de 6 meses, calculamos", disse Eduardo em mensagem para Miranda, conforme publicou o site.

"Meu receio é que você seja solícito, bom coração, mas tenha essa dificuldade. Solução:

enviar o máximo possível ainda neste sistema atual, com o remetente atual e etc. Será que conseguimos?", escreveu.

Eduardo também disse a Miranda que o corretor de Imóveis Altieris Santana estava à disposição para se reunir "com quem quer que seja". Santana é um dos controladores do Havengate Development Fund LP (fundo sediado no Texas), ao lado advogado Paulo Calixto - ligado a Eduardo.

Parte do valor de R\$ 134 milhões negociado para filme entre a família Bolsonaro e Vorcaro foi transferida para esse fundo pela Entre Investimentos e Participações, que atuava em parceria com empresas do dono do Master.

O *Intercept Brasil* procurou Altieris Santana, Paulo Calixto, Thiago Miranda e a defesa de Daniel Vorcaro, mas não recebeu respostas.

Eduardo está nos Estados Unidos desde fevereiro do ano passado, quando foi ao país para tentar uma interferência do

governo de Donald Trump no julgamento da trama golpista no Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro foi condenado na Corte a 27 anos e três meses de prisão.

A reportagem do Intercept esteve na casa em que o ex-deputado está morando nos EUA. O imóvel está localizado em Southlake, no Texas. O repórter foi atendido na residência por Heloísa, mulher de Eduardo Bolsonaro. Ela disse que o marido não estava em casa e que eles não dariam entrevista.

Na semana passada, Eduardo gravou um vídeo dizendo que havia comunicado à polícia sobre um homem que estava rondando a casa dele.

Ainda segundo o site, a residência tinha um anúncio de aluguel no valor de cerca de R\$ 30 mil por mês até fevereiro de 2025. O imóvel, que tem quatro quartos e piscina, pertence ao Bunce Family Trust, um fundo familiar privado registrado em nome dos administradores legais Christopher Bunce e Natalie Bunce, des-

de 2019. Eles não foram localizados pela reportagem.

## PF INVESTIGA

Como mostrou o Estadão, a Polícia Federal investiga os acertos de pagamento entre Vorcaro e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, que pediu dinheiro ao banqueiro para o filme.

Uma das linhas de apuração a ser verificada é se os recursos foram desviados para um fundo sediado no Texas ligado ao ex-deputado e usado para custear a permanência dele no país, já que o STF havia bloqueado contas e dificultado o recebimento de recursos nos EUA.

Ele também reconheceu ter constado como produtor-executivo num contrato antigo com a produtora responsável pelo filme *Dark Horse*, posição da qual teria saído posteriormente, ao se mudar para os Estados Unidos, limitando-se a ceder os direitos autorais - uma vez que foi representado por um ator no longa.

## AGRICULTURA

# Ministério lança plataforma para unificar registro de agrotóxicos

ISADORA DUARTE/AE

O Ministério da Agricultura lançou, ontem, o Sistema Unificado de Informação, Petição e Avaliação Eletrônica (Sispa) para o processo de registro de agrotóxicos no Brasil, com foco na unificação e no destrave do registro dos defensivos agrícolas. O sistema, publicado em portaria no Diário Oficial da União (DOU), foi lançado em cerimônia no Ministério da Agricultura.

"O Sispa tem como objetivo modernizar o registro dos defensivos agrícolas no Brasil. Nosso desafio diário é construir as condições para uma agricultura cada vez mais sustentável e competitiva", disse o ministro da Agricultura, André de Paula, na cerimônia.

O sistema integra a regulamentação da lei dos agrotóxicos, nº 14 785/2023, que estabeleceu a Agricultura como órgão registrante de agrotóxicos e afins, além de prever a adoção de protocolo único para os pedidos de registro e a criação do Sispa como sistema eletrônico integrado de tramitação e avaliação.

Em nota, o ministério informou que o sistema foi desenvolvido em parceria com a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) e com Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), que investiram mais de US\$ 6 milhões no projeto. O sistema contou com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O secretário de Defesa Agropecuária, Carlos Goulart,

afirmou que o Sispa era aguardado tanto pelo setor público quanto pelo privado. "Essa modernização não diminui o rigor técnico nem os requisitos, mas traz eficiência administrativa. Reduz custos para a União e entrega soluções claras para todos os envolvidos", disse.

O sistema permite a integração dos processos de análise de registro entre os três órgãos federais responsáveis pela avaliação dos produtos e dados de comercialização de agrotóxicos, informou o ministério em nota.

A partir do sistema, os pedidos de registro serão protocolados no ambiente eletrônico único coordenado pela Agricultura. O processo anterior previa apresentação dos requerimentos pelas empresas separadamente à Agricultura, à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Com o novo sistema, todas as petições passam a ser feitas de forma unificada e exclusivamente eletrônica em uma única plataforma. As empresas poderão acompanhar em tempo real o andamento dos processos nos três órgãos, reduzindo o chamado "efeito pingue-pongue" de documentos, explicou a Agricultura na nota. "A implementação do Sispa reduz a duplicidade de procedimentos, amplia a integração entre os órgãos responsáveis e fortalece a gestão dos processos de registro de agrotóxicos e afins no País", acrescentou.

## STF

# Kassio abre prazo para PGR opinar sobre revisão da pena de Bolsonaro

RAISA TOLEDO/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Kassio Nunes Marques concedeu ontem, prazo de 20 dias para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre o pedido de revisão criminal apresentado pela defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Condenado a 27 anos e três meses de prisão no processo da tentativa de golpe de Estado, Bolsonaro cumpre pena em regime domiciliar por motivos de saúde.

A ação foi protocolada pelos advogados do ex-presidente no dia 8 de maio e busca reverter a condenação. Relator do caso, Nunes Marques afirmou que ampliou o prazo previsto no Código de Processo Penal para o parecer da PGR - de 10 dias - em razão da

"complexidade do feito".

"Diante da complexidade do feito, que envolve o julgamento de ex-presidente da República, entendo necessário estender o prazo previsto para manifestação do Ministério Público Federal", escreveu.

No pedido apresentado ao STF, a defesa questiona a competência da Primeira Turma da Corte para conduzir o julgamento e alega que o caso deveria ter sido analisado pelo plenário do Supremo.

Entre os pedidos feitos ao STF, estão a anulação integral do processo e a absolvição de Bolsonaro de todos os crimes pelos quais foi condenado: organização criminosa armada, golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, deterioração de patrimônio tom-

bado e dano qualificado contra o patrimônio da União.

Segundo a defesa, não houve demonstração concreta de participação individual de Bolsonaro nem atos executórios que comprovassem tentativa de depor o governo democraticamente eleito com o uso de violência ou grave ameaça.

Os defensores também argumentam que não há provas de autoria, participação, instigação ou vínculo subjetivo de Bolsonaro com os executores dos ataques às sedes dos Três Poderes nos atos de 8 de janeiro de 2023.

O documento, que tem 90 páginas, requer autorização para apresentar e usar todas as provas permitidas pela lei para tentar comprovar os argumentos da defesa no processo.

A revisão criminal é um ins-

trumento jurídico usado para contestar condenações já transitadas em julgado, quando não há mais possibilidade de recurso. A medida é considerada excepcional e depende da demonstração de erro judiciário no julgamento original. No caso do ex-presidente, o trânsito em julgado ocorreu em novembro do ano passado.

Bolsonaro foi condenado pela Primeira Turma da Corte, formada pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. Conforme determina o regimento interno do Supremo, a revisão criminal deverá ser julgada pela Segunda Turma, composta por André Mendonça e Nunes Marques, ambos indicados por Bolsonaro, além de Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Luiz Fux.

## SÃO PAULO

# Justiça suspende projeto da 'Times Square Paulistana' e proíbe obras

EDERSON HISING E JULIANA DOMINGOS DE LIMA/AE

A Justiça de São Paulo suspendeu o projeto do Boulevard São João, apelidado de "Times Square Paulistana", ontem. A decisão liminar da juíza Celina Kiyomi Toyoshima, da 4ª Vara da Fazenda Pública, à qual cabe recurso, também proibiu o início das obras, instalações ou intervenções relacionadas ao projeto. O Estadão entrou em contato com a Prefeitura de São Paulo e aguarda retorno.

A magistrada concedeu a liminar ao considerar a "magnitude do projeto, o impacto na região, bem como o potencial dano à população". Além das obras, a decisão suspendeu os efeitos da deliberação da Comissão de Proteção à Paisagem Urbana (CPPU) da Prefeitura e a formalização do termo de cooperação, que permitiriam a instalação de quatro painéis de LED com dimensões que vão de 300 m² a 1.000 m² na esquina das avenidas Ipiranga e São João, no centro de São Paulo.

A CPPU é o órgão responsável pela aplicação da Lei Cidade Limpa, que desde 2007 proíbe

outdoors e restringe outras modalidades de publicidade e poluição visual na capital paulista.

A juíza também determinou que o município e os demais réus apresentem documentos como a ata completa da reunião da CPPU que aprovou o projeto, a íntegra da minuta do termo de cooperação e pareceres técnicos da Secretaria Municipal de Urbanismo e da São Paulo Urbanismo. A ação popular que resultou na decisão liminar foi movida por Angelo Andrea Matarazzo, pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (Iab-sp), entre outros requerentes.

## RUAS FECHADAS

O Boulevard São João é um projeto de requalificação urbana do trecho da Avenida São João entre o Largo do Paiçandu e a Praça Julio Mesquita. Nesse eixo, serão posicionados quatro painéis de LED, em quatro edificações:

- Cine Paris República, com painel de dimensão 20m x 20m;
- Edifício Herculano de Almeida, painel de dimensão 30m x 10m;
- Galeria Sampa, com 20m x 20m;

- Edifício New York, com 40m x 25m.

O conteúdo de patrocinadores ocupará 30% do tempo de funcionamento dos telões e o restante será destinado a arte e informações públicas.

O termo de cooperação assinado entre a Prefeitura e a Fábrica de Bares, grupo empresarial que administra o Bar Brahma (localizado na esquina das avenidas Ipiranga e São João, onde serão instalados os painéis), e outros estabelecimentos icônicos do centro, como o Riviera Bar e o Café Girondino, foi publicado no *Diário Oficial do Município* de 23 de abril deste ano. O acordo tem duração de três anos.

A instalação dos painéis estava prevista para ser concluída entre agosto e setembro, segundo a Fábrica de Bares. Conforme empresários e o poder público, a ideia é aumentar a atratividade do centro histórico, trazendo maior circulação de pessoas, melhorando a qualidade urbana, a segurança e dinamizando a economia local, principalmente no período noturno, quando o movimento de pedestres na região central diminui.

Pela determinação da CPPU,

os LEDs devem funcionar das 5h às 23h, sendo desligados na madrugada para mitigar impactos na segurança do trânsito e para moradores da região. O prefeito Ricardo Nunes (MDB), porém, já disse que vai tentar reverter essa decisão.

Além da instalação dos painéis de LED, o projeto prevê outras intervenções. Entre elas está o fechamento para carros do cruzamento das avenidas Ipiranga e São João, das 18h de sábado às 23h do domingo.

Segundo anunciado pela empresa Fábrica de Bares e a Prefeitura, deverão ser montados no local quatro pequenos palcos para apresentações artísticas regulares. Outras atividades, como feiras e um "grande evento público" mensal, também estão previstas. A Secretaria Municipal das Subprefeituras diz que a proposta está na fase de estudo para implementação.

O modelo de fechamento de vias não é inédito e já é adotado em outras regiões da capital. A Avenida Paulista e ruas do bairro da Liberdade ficam abertas somente para pedestres e ciclistas aos domingos e feriados, das 9h às 16h.

## PRÉ-ESCOLA

# Brasileiro é preso em Paris por suspeita de estupro de crianças

GEOVANNA HORA/AE

Um brasileiro que trabalhava como professor de música em pré-escolas foi preso em Paris na sexta-feira, por suspeita de estupro, agressão e exposição sexual de crianças. O nome dele não foi divulgado, desta forma a defesa não foi localizada.

O jornal francês Le Monde informou que pelo menos outras 16 pessoas foram presas na quarta-feira, por suspeita de envolvimento em casos de violência física e sexual contra crianças em pré-escolas da capital francesa.

Outro professor também foi detido no mesmo dia do brasileiro e, assim como ele, permanece em prisão preventiva. Em nota divulgada pela Rádio França Internacional (RFI), o Ministério Público de Paris afirmou que os dois foram acusados de "atos de natureza sexual".

Segundo o Le Monde, a investigação começou em janeiro, após o programa "Cash Investigation", da emissora pública France 2, revelar casos de violência e falhas na supervisão em uma creche. Na ocasião, um jornalista infiltrado gravou funcionários gritando com crianças e uma monitora beijando um aluno na boca.

Com a repercussão do caso, foram abertas investigações judiciais e administrativas. Desde então, o número de denúncias de estupro, agressão sexual e violência em pré-escolas da capital francesa não parou de crescer.

A RFI afirmou que o brasileiro, que não teve a identidade revelada, trabalhou na Saint-Dominique, uma das creches investigadas.

Segundo a rádio, pais de alunos da instituição já tinham denunciado o professor entre setembro e dezembro do ano passado, após os filhos reclamarem que ele gritava. Na época, no entanto, ainda não haviam denúncias de violência sexual. Após as reclamações, ele foi transferido para a pré-escola Volontaires, em outro bairro.

Com a exibição da reportagem do "Cash Investigation", responsáveis pelas crianças reconheceram o brasileiro nas imagens e se reuniram. Eles relataram mudanças nos comportamentos de seus filhos e passaram a suspeitar que algo havia ocorrido.

"Percebemos que as crianças eram vítimas de violência sexual dentro da pré-escola, incluindo estupro cometido por vários monitores, entre eles este cidadão brasileiro", afirmou à RFI a mãe de uma menina de 3 anos, sob condição de anonimato.

Segundo a mulher, o brasileiro seria o responsável pelos estupro, com a ajuda de pelo menos outros dois funcionários da creche. "Talvez, com os depoimentos de outras crianças, os investigadores consigam esclarecer isso e definir o papel de cada um", afirmou.

Outro pai ouvido pela rádio, também sob condição de anonimato, disse ter se dado conta da gravidade do caso após assistir a reportagem do "Cash Investigation".

"Como gostamos muito de música na família, meu filho ia frequentemente às oficinas no período da tarde. Quando saiu a reportagem na TV, fizemos perguntas ao nosso filho para saber o que ele tinha visto, ouvido ou sofrido de violência. E

**LAOS**

## Cinco são encontrados vivos após uma semana presos em caverna

Cinco pessoas foram encontradas com vida ontem, após passar mais de uma semana em uma caverna inundada no Laos. Equipes de mergulhadores que participam dos trabalhos ainda buscam por outros dois homens que seguem desaparecidos.

O grupo entrou na caverna, localizada na província de Xaisomboun, em 19 de maio. Segundo os socorristas, fortes chuvas provocaram uma inundação repentina que bloqueou a saída e deixou os homens presos no interior do local.

Vídeos divulgados pelas equipes de resgate mostram o momento em que os mergulhadores emergem da água e localizam os sobreviventes sentados sobre uma rocha, cercados pela água da enchente e usando lanternas na cabeça. Outras imagens registram a comemoração das equipes após a descoberta.

O socorrista tailandês Chakkit Taengtang afirmou que os mergulhadores começaram a levar comida, água e outros suprimentos aos sobreviventes enquanto avaliam a forma mais segura de retirá-los da caverna. Segundo ele, a operação de resgate deve ser complexa por causa das condições do terreno e do alagamento.

De acordo com o grupo Res-

cue Volunteer for People, os homens são da mesma comunidade local. Um oitavo integrante do grupo conseguiu escapar no momento em que a água começou a subir e alertou as autoridades sobre o acidente.

Equipes da Tailândia se juntaram às buscas durante o fim de semana. Entre os mergulhadores mobilizados estão profissionais que participaram da operação de resgate de 2018, quando 12 adolescentes e um treinador ficaram presos em uma caverna inundada no norte do país.

O mergulhador finlandês Miiko Paasi, que também atua na operação, afirmou que os sobreviventes aparentam estar conscientes e em boas condições, mas alertou que a retirada será difícil devido ao relevo montanhoso, à chuva intensa e ao acesso limitado à caverna.

Segundo os socorristas, chegar à entrada exige uma caminhada íngreme de cerca de quatro quilômetros por uma área de mata. A passagem de acesso à caverna também é estreita e rochosa, dificultando o trabalho das equipes.

Autoridades locais afirmam que a região costuma ser frequentada por pessoas em busca de ouro, apesar dos alertas sobre os riscos de enchentes durante o período de chuvas.

**EUA-IRÃ**

## Casa Branca nega autenticidade de rascunho de acordo

PEDRO LIMA/AE

A Casa Branca negou ontem a autenticidade de um suposto memorando de entendimento (MOU, na sigla em inglês) entre Estados Unidos e Irã divulgado mais cedo pela mídia estatal iraniana e criticou duramente comentários e reportagens que tratavam o documento como legítimo.

Em publicação no X, uma das contas oficiais da Casa Branca afirmou que o relatório divulgado pela imprensa iraniana "não é verdadeiro" e que o MOU "é completamente fabricado". "Ninguém deveria acreditar no que a mídia estatal iraniana está publicando. Os fatos importam", escreveu a conta.

A reação ocorreu após comentários do analista da emissora americana msNOW Tim Miller sobre uma reportagem segundo a qual Teerã teria em mãos um rascunho preliminar de acordo para encerrar o conflito com os EUA. Miller afirmou que a proposta representaria um recuo em relação à posição inicial do presidente Donald Trump, que havia exigido "rendição incondicional" do Irã.

Segundo o comentarista, o suposto entendimento previa

a reabertura do Estreito de Ormuz sob controle iraniano e a retirada de forças militares americanas da região, com eventual retomada das negociações nucleares posteriormente. A conta da Casa Branca respondeu diretamente às declarações de Miller e acusou o analista de disseminar desinformação baseada em material da mídia estatal iraniana.

"Tim Miller tem um caso tão severo de 'Síndrome de Obsessão Anti-Trump' que deformou seu cérebro do tamanho de um amendoim, a ponto de começar a tratar a mídia estatal iraniana como fato e espalhar desinformação em nome dela", escreveu o perfil oficial. A publicação acrescenta que Miller "talvez devesse se registrar sob a FARA como agente de um país estrangeiro", em referência à lei americana que regula representantes de governos estrangeiros.

Mais cedo, a TV estatal iraniana havia informado que o rascunho incluiria medidas para restaurar o tráfego comercial no Estreito de Ormuz em até um mês, em troca da retirada de forças americanas próximas ao Irã e da suspensão de um bloqueio naval.

**Nota**

### TRUMP REITERA ABERTURA DE ORMUZ 'PARA TODOS' E SINALIZA OTIMISMO EM NEGOCIAÇÕES COM O IRÃ

O presidente dos EUA, Donald Trump, voltou a dizer que o Estreito de Ormuz estará "aberto a todos" e que nenhum país controlará a importante rota marítima, já que o local contempla "águas internacionais". Apesar da sinalização, ele destacou que os americanos pretendem "monitorar" o estreito e, no momento certo, Washington liberará os barcos presentes na região. Em reunião de gabinete ontem, Trump minimizou os efeitos de uma possível reabertura de Ormuz no mercado de energia, destacou que os EUA "possuem muito petróleo", mas mencionou que os preços da gasolina cairão como antes do início do conflito e que a administração está trabalhando "arduamente" para reabrir as reservas de petróleo da Califórnia. A alta dos preços também foi destaque na fala do secretário do Tesouro, Scott Bessent, que classificou os valores como "transitórios".

**MANIFESTAÇÕES**

# Bolívia revoga lei que limitava estado de exceção

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O presidente da Bolívia, Rodrigo Paz (foto), promulgou, ontem, a revogação da Lei 1341, que limitava os poderes do presidente da República para decretar estado de exceção, que é quando o governo assume poderes excepcionais e suspende, parcialmente, as regras do Estado de direito.

A promulgação ocorreu poucas horas após a aprovação da medida pela Câmara dos Deputados da Bolívia. Os deputados revogaram o dispositivo em sessão online, no final da noite de terça-feira. Aprovada no Senado da Bolívia no último domingo, a revogação da lei facilita o uso do estado de exceção pelo presidente Rodrigo Paz como forma de tentar, por meio do uso da força, desobstruir as dezenas de bloqueios de rodovias por manifestantes.

O governo Paz enfrenta quase quatro semanas de protestos que pedem sua renúncia. A mobilização reúne camponeses, indígenas, professores, mineiros, entre outras categorias. Os bloqueios têm causado desabastecimento em várias regiões do país andino, levando a escassez de combustíveis, alimentos e medicamentos nas cidades afetadas.

O professor de ciência política da Universidade Federal do Ceará (UFC) Clayton Cunha Filho explicou à Agência Brasil que a revogação da lei amplia a margem de manobra do governo Paz para decretar estado de exceção.

"Essa lei de 2020 dava mais poderes ao Legislativo para supervisionar e, eventualmente, até não aprovar e suspender o decreto do presidente de estado de exceção", explicou o especialista em política boliviana.

Além disso, Rodrigo Paz vem sendo pressionado por setores de direitos e empresariais para que use a força para desobstruir os bloqueios.

"As elites de Santa Cruz, no leste do país, que sempre foi o bastião da direita, estão pressionando muito o governo, alegando que ele, supostamente, está se contendo demais na repressão. Esses grupos, inclusive, ameaçam eles mesmos formar



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

grupos de cidadãos para desobstruírem as estradas se o governo não agir", completou.

**REVOGAÇÃO DA LEI**

O autor do projeto para revogação da Lei do Estado de Exceção, deputado Roberto Júlio Castro Salazar, argumenta que a legislação desvirtuou a aplicação do estado de exceção enquanto instrumento para preservar a segurança, ordem e tranquilidade públicas.

"(O objetivo dessa lei foi) impedir o governo constitucional de Jeanine Áñez de usar legal e legitimamente a força constitucional e pública do Estado, (para) desestabilizá-lo e derrubá-lo, por meio da violência criminosa concebida, promovida, financiada e organizada pelo regime fraudulento do ex-presidente Evo Morales", diz a justificativa para revogar a legislação.

A Lei 1341 foi aprovada pelo Parlamento boliviano quando o MAS, partido de Evo, tinha maioria, em 2020. A decisão ocorreu após comandantes militares exigirem a renúncia de Evo Morales, em novembro de 2019, em meio a protestos com acusações de fraudes contra o resultado eleitoral que deu vitória ao MAS de Evo.

Diante da pressão dos militares, Evo Morales deixou o país e se exilou no México. No Lugar,

assumiu a senadora da oposição Jeanine Áñez.

O professor Clayton Cunha Filho destacou que Áñez, aproveitando a pandemia, atrasou as eleições, gerando protestos que poderiam resultar em repressão do Estado.

"Ela, de fato, só convocou essas eleições depois de muita pressão e protestos e de um cerco até parecido com o de agora, mas de menor intensidade, porque esse de agora está já bem mais radicalizado", comentou o especialista.

Após vitória de Luis Arce, do MAS, Jeanine Áñez foi presa acusada de golpe de Estado, em março de 2021. Com a vitória de Rodrigo Paz, no ano passado, a ex-senadora deixou a prisão após mais de quatro anos presa.

**CONSTITUIÇÃO**

O deputado Roberto Salazar argumentou ainda que a Constituição da Bolívia é suficiente para disciplinar o uso do Estado de Exceção, não sendo necessária uma lei infraconstitucional.

Em seu artigo 137, a Constituição do país andino autoriza o uso do Estado de exceção em caso de "ameaça à segurança nacional, ameaça externa, agitação interna ou desastre natural".

O mesmo artigo acrescenta que a "declaração de estado de emergência não poderá, em hipótese alguma, suspender as ga-

rantias de direitos, direitos fundamentais, o direito ao devido processo legal, o direito à informação ou os direitos das pessoas privadas de liberdade".

Ainda segundo a Constituição, o Estado de Exceção decretado pelo presidente precisa ser aprovado pelo Parlamento em até 72 horas.

**ENTENDA**

O país andino enfrenta uma série de protestos e bloqueio de estradas que se transformou, ao longo das últimas semanas, em uma revolta popular.

Decisões do novo presidente boliviano, que assumiu o poder há apenas seis meses após quase 20 anos de hegemonia da esquerda, vinha provocando manifestações no país desde o início do mandato, em dezembro de 2025, com um decreto que retirava o subsídio à gasolina.

Os protestos aumentaram depois de camponeses e indígenas acusarem o governo de promulgar leis fundiárias com o objetivo de prejudicar pequenos agricultores em favor de grandes empresários do agronegócio.

O governo alega que a lei buscava fortalecer a agricultura do país que passa por grave crise econômica. Devido à pressão popular, a lei foi revogada. Mesmo assim, os protestos cresceram.

**GENOCÍDIO**

## Israel amplia ofensiva no Líbano e os confrontos com Hezbollah

As forças de Israel intensificaram os confrontos contra o Hezbollah no sul do Líbano, em meio ao avanço de tropas israelenses em direção ao Rio Litani, área considerada estratégica no conflito. A escalada aconteceu poucos dias antes de negociações previstas em Washington entre representantes israelenses e libaneses.

As Forças Armadas israelenses afirmaram ter atingido mais de 100 alvos ligados ao Hezbollah durante a madrugada desta quarta-feira, 27, incluindo depósitos de armas, centros de comando e posições de observação no sul do Líbano e no Vale do Bekaa.

Um dos ataques atingiu a cidade de Mashghara, no leste do país, deixando 12 mortos, segundo a agência estatal libanesa. Entre as vítimas estariam integrantes da mesma família.

Em resposta, o Hezbollah declarou ter lançado foguetes, drones explosivos e disparos de artilharia contra tropas israelenses que avançavam perto das cidades de Yohmor al-Shaqif e Zawtar al-Sharqieh, na região de Nabatieh. A emissora Al-Manar afirmou que os combatentes conseguiram repelir parte das

ofensivas israelenses ao longo das margens do rio Litani.

O primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, afirmou após reunião com integrantes da cúpula militar que o país pretende ampliar as operações no território libanês. Segundo ele, as forças israelenses estão ocupando "áreas estratégicas" no sul do Líbano como forma de reforçar a segurança das cidades israelenses próximas à fronteira.

Apesar do cessar-fogo mediado pelos Estados Unidos estar formalmente em vigor há mais de um mês, os confrontos entre Israel e Hezbollah continuaram ao longo das últimas semanas. O rio Litani passou a funcionar como uma espécie de linha divisória informal, com áreas ao sul sob presença militar israelense. Os novos confrontos também aumentaram a tensão em Beirute, que vinha sendo poupada de ataques desde o início da trégua. Moradores relataram temor diante da possibilidade de ampliação dos bombardeios.

O governo libanês espera que as negociações indiretas com Israel levem a um cessar-fogo definitivo e à retirada das tropas israelenses do território do país.



WIKIPÉDIA

rael, Israel Katz (foto), e as Forças Armadas israelenses afirmaram que miraram e mataram o novo líder da ala militar do Hamas, Mohammed Odeh, durante ataques aéreos na Cidade de Gaza, menos de duas semanas após ter matado seu antecessor.

Katz o chamou de "um dos arquitetos" dos ataques de 7 de outubro de 2023, que desencadearam mais de dois anos de guerra em Gaza, e disse que foi a quarta vez que Israel matou o chefe da ala militar do Hamas desde aquele massacre. Izz al-Din al-Haddad, o chefe anterior, foi morto em 16 de maio.

"Nós nos comprometemos a eliminar todos os que lideraram o massacre de 7 de outubro e é isso que faremos: todos eles estão condenados a morrer, em qualquer lugar", escreveu Katz no X nesta quarta-feira. "Nós nos comprometemos que o Hamas não exercerá governo civil ou militar", acrescentou.

O primeiro-ministro o genocida, Benjamin Netanyahu, que se prepara para eleições no outono, também ameaçou que Israel irá atingir todos os envolvidos no ataque de 7 de outubro de 2023.

**LÍDER DO HAMAS**

O ministro da Defesa de Is-